



Preto Forro - RJ

História:

A comunidade remanescente de quilombo de Preto Forro está localizada no bairro Angelim, na zona rural do segundo distrito do município de Cabo Frio, na Região das Baixadas Litorâneas fluminenses. Trata-se de um território historicamente ocupado de forma coletiva pela família Santos há, pelo menos, quatro gerações, sendo reconhecido como espaço de pertencimento, memória, trabalho e reprodução da vida comunitária negra.

De acordo com a memória social da comunidade, o nome “Preto Forro” remete à doação de terras realizada por Antônio dos Santos a africanos escravizados que ele teria alforriado em uma das fazendas integrantes do grande complexo rural cuja sede era a Fazenda de Santo Ignácio dos Campos Novos. Essa narrativa, transmitida oralmente entre gerações, é central para a compreensão da identidade coletiva da comunidade e de sua relação histórica com a terra.

A história da Fazenda de Campos Novos remonta ao século XVII, quando foi instalada e administrada pela Companhia de Jesus. Ao longo do período colonial e imperial, Campos Novos constituiu-se como sede de um amplo complexo de fazendas que se estendia por territórios hoje pertencentes aos municípios da Região dos Lagos, destacando-se como importante centro de produção e circulação de gado, gêneros agrícolas, madeira e, posteriormente, no século XIX, como espaço articulado às rotas do tráfico ilegal de africanos escravizados.

Segundo as memórias comunitárias — corroboradas por pesquisas acadêmicas e por notícias institucionais —, após a promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico transatlântico de africanos escravizados, os desembarques passaram a ocorrer de forma clandestina. Portos e enseadas situados nos atuais municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios tornaram-se pontos estratégicos desse comércio ilegal. Os africanos recém-desembarcados eram submetidos a inspeções físicas: aqueles considerados aptos ao trabalho eram encaminhados para outras regiões, enquanto os que se encontravam debilitados permaneciam nas fazendas do complexo de Campos Novos para recuperação, sendo posteriormente incorporados ao trabalho forçado local.

Com a Abolição da Escavidão, em 13 de maio de 1888, muitos ex-escravizados permaneceram vivendo tanto na sede da Fazenda Campos Novos quanto nas propriedades a ela vinculadas, dando continuidade à ocupação do território e à formação de comunidades negras rurais. No entanto, no início do século XX, surgiram novos supostos proprietários das terras, entre eles Eugênio Honold, que, segundo a memória da comunidade, permitiu inicialmente a permanência das famílias, mas passou a cobrar pelo uso da terra, instaurando relações de exploração e insegurança fundiária.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a abertura de estradas e a integração da Região dos Lagos

aos circuitos turísticos e imobiliários intensificaram a especulação sobre as terras. Esse processo acirrou conflitos fundiários, resultando em expulsões, fraudes, violência e até assassinatos de famílias negras que ocupavam a região há gerações, conforme registrado em estudos e denúncias sobre violência contra comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro.

No caso específico de Preto Forro, os conflitos atingiram seu ponto mais crítico na década de 1970, quando um suposto proprietário ingressou com ação judicial contra mais de 60 moradores da comunidade. Paralelamente, parte do território tradicional foi vendida a uma usina de cana-de-açúcar voltada à produção de álcool anidro. Embora a usina tenha contratado trabalhadores locais, as condições de trabalho eram extremamente precárias, havendo denúncias de cárcere privado e violações sistemáticas de direitos trabalhistas.

Na década de 1980, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária desapropriou parte das terras da antiga Fazenda Campos Novos com vistas à implementação da reforma agrária. Esse período foi marcado por forte repressão e violência no campo. Em 6 de junho de 1988, foi assassinado com seis tiros Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, episódio emblemático da luta pela terra na região. Nesse mesmo contexto, um novo fazendeiro passou a reivindicar a propriedade das terras de Preto Forro, proibindo construções, cercando áreas tradicionalmente utilizadas pela comunidade, soltando gado para destruir as roças e envenenando animais domésticos das famílias.

Os ataques persistiram na década de 1990, incluindo a destruição da casa e da roça de Elias dos Santos, sob a alegação de que estariam fora dos limites arbitrariamente impostos pelo fazendeiro. Já nos anos 2000, quando a comunidade se mobilizou para construir coletivamente um campo de futebol — símbolo de convivência e organização comunitária —, o suposto proprietário recorreu novamente à Justiça, tentando expulsar as famílias e legalizar a grilagem das terras.

Diante desse cenário, os moradores organizaram-se politicamente e fundaram a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado de Preto Forro (ARQUIFORRO), passando a reivindicar seus direitos territoriais com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 4.887/2003. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 10 de dezembro de 2004 e titulada em 11 de novembro de 2011 pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), consolidando uma longa trajetória de resistência e luta.

Município / Localização: Cabo Frio

Número de famílias: 12

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004 - Processo: 01420.000166/2003-07 - Titulada em 11/11/2011 - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Referência:

ARRUTI, José Maurício; TOSTA, Alessandra; IGNÁCIO, Elizete; RIOS, Marisa. Relatório parcial de caracterização da comunidade negra das terras de Preto Forro (bairro Angelim – município de Cabo Frio – RJ): relatório preliminar sobre situação socioeconômica, história e situação legal. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Projeto Egbé Territórios Negros, abr. 2002.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Proíbe o tráfico de africanos escravizados para o Brasil. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1831.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 68. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

COSTA, Luciana Célia da Silva. Quilombo Preto Forro. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2016. (Coleção Terras de Quilombos).

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 35, de 6 de dezembro de 2004. Certifica a Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado de Preto Forro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 dez. 2004.

MANHÃES, Manuela Chagas; VIEIRA, Taís Elaine do Nascimento. A utilização da narrativa e da história oral como instrumento de formação identitária na comunidade quilombola Preto Forro em Cabo Frio. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES (CONINTER), 3., 2014, Salvador. *Anais...* Salvador, 2014.

OBSERVATÓRIO DAS TERRAS QUILOMBOLAS. Dados de terras quilombolas. Centro de Pesquisa e Iniciativas para os Direitos das Populações (CPISP). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

RIOS, Marisa. Modos de produção dos “direitos” em comunidades remanescentes de quilombos: a experiência de Preto Forro. 2005.

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo Preto Forro (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart.

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do

Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul).

Url: <https://www.koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/preto-forro/4563>

Verbetes atualizados em 19/01/2026